Desafios Brasileiros na Nova Era da Segurança e da Defesa – Tópicos Relevantes para Contribuir com o Envolvimento da Sociedade Brasileira no Debate Nacional

Matheus Souza[1]
Ianne Ferreira[2]
Leonel Barreto[3]
Mariana Oliveira[4]
Mayara Garcia[5]
Neuton Silva Neto[6]

RESUMO

Este texto visa discutir, de modo introdutório e didático, o tema da Segurança e da Defesa brasileiras na atualidade, traçando breve síntese acerca dos desafios que estes setores colocam para o Brasil e sua sociedade. Para fundamentar teoricamente a discussão, autores da Escola Realista e da Escola de Copenhagen das Relações Internacionais foram consultados, assim como o Pensamento Brasileiro expresso pela ESG. Dividido em três partes, este artigo tem por objetivo sistematizar os principais desafios que o Brasil tem atualmente, com vistas a contribuir para a popularização do debate sobre tais temáticas no País. É colocada, na primeira parte do texto, a compreensão de que tal popularização é, por si só, um grande desafio que articula dimensões políticas, sociais, econômicas e históricas, internas e externas. A metodologia aplicada para este estudo consistiu na realização de uma revisão de literatura, construída a partir de consultas a textos acadêmicos e documentos atinentes à discussão; após aquelas, foram elencados e discutidos os desafios mais destacados na segunda parte do texto. Como resultado, chega-se à conclusão de que, apesar dos avanços na democratização do debate e do conhecimento acerca das Segurança e Defesa nacionais, ainda há espaços para crescimento e aprofundamento destas questões no seio da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Defesa Nacional; Popularização da Segurança e da Defesa; Poder Nacional.

---

[1] Graduado em Relações Internacionais pela UNIJORGE, especialista em Política e Estratégia com ênfase em Planejamento Estratégico pela UNEB e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Bahia, especialista em Gestão da Inteligência Estratégica pela Faculdade Batista Brasileira e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Bahia, mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor e coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais da UNIJORGE.

[2] Graduanda em Relações Internacionais pela UNIJORGE.

[3] Graduando em Relações Internacionais pela UNIJORGE, coordenador discente do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

[4] Graduanda em Relações Internacionais pela UNIJORGE.

[5] Graduanda em Relações Internacionais pela UNIJORGE, coordenadora discente do Centro de Negócios Internacionais do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

[6] Licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, graduando em Relações Internacionais pela UNIJORGE, coordenador discente do Observatório de Relações Internacionais do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais da UNIJORGE.

I.

Os estudos da Política e das Relações Internacionais trazem consigo, quando considerado o Estado como objeto de análise, uma preocupação perene com o tema “Segurança”. De fato, o próprio campo das Relações Internacionais ergue-se com base nos pilares "cooperação e conflito" (DIAS, 2010), ocupando as noções e debates sobre Ameaças, Segurança e Defesa, lugar central nesta área de estudos. Isso se torna uma assertiva mais complexa no cenário internacional atual. Com o fim da Guerra Fria, os polos de poder se reconfiguraram no globo terrestre, e as dinâmicas da economia internacional e dos avanços tecnológicos possibilitaram mais protagonismo para atores outros que não os Estados. Essas novas configurações também geraram efeitos sobre os setores de Segurança e Defesa, lançando-os sobre uma nova era. Foram colocados novos desafios, e, mesmo alguns dos antigos, foram requalificados e auferiram novas potências e complexidades (COSTA, 2006), suscitando debates acadêmicos e revisões de premissas teóricas. Para os fins deste texto, todavia, as idas e vindas de tais debates serão deixadas de lado, sendo privilegiadas as definições mais básicas e aceitas por especialistas (acadêmicos ou operadores técnicos do Estado).

Faz-se plausível, portanto, introduzir os conceitos de Segurança e Defesa a partir da definição de Ameaça, elemento axial a ambos os conceitos. Buzan e Hansen (2012, p. 39) argumentam a Segurança deve ser vista como indissociável das dinâmicas de ameaças, perigos e urgências. De modo direto, Guimarães (2005, p. 301) define ameaças como "[...] fenômenos, de origem interna ou externa, que apresentariam alta possibilidade de provocar convulsão social, ruptura do Estado de Direito, violência endêmica e difusa, desafio (interno ou externo) armado ao Estado, e redução significativa da capacidade de autodeterminação interna e externa da sociedade". Isto posto, a noção de Segurança vincula-se a uma dimensão abstrata, que lida com a percepção da existência de elementos que atentem contra a sensação de proteção, ou contra a certeza de não submissão a riscos, eventos ou atores ameaçadores. A Escola Superior de Guerra do Brasil compreende que Segurança é sentimento de salvaguarda, de garantia imperativa e indispensável a uma dada sociedade e seus membros contra ameaças de qualquer natureza (ESG, 2006, p. 51).

O diálogo que esses conceitos estabelecem entre si é complexo. Na base daquele está a ideia de interesse nacional. Manter a Segurança dos cidadãos é interesse basilar da Nação. Todavia, nem sempre a definição do que é ameaça, interna ou externa, é simples. A ideia de ameaça é social e politicamente construída (VILLA; SANTOS, 2010). Se Segurança é o sentimento de proteção contra ameaças, sejam elas de cunho militar, econômico, financeiro, social, ou outros, então também se constitui enquanto construção social e política[7]. Assim, se as dimensões social e política definem o que é ameaça e o que é segurança, também definem quais as formas de conquistar e manter esta última. A dimensão estratégica irá estabelecer como ambas (conquista e manutenção) devem ser levadas a cabo.

Neste ponto da discussão conceitual, percebe-se mais claramente o lugar do conceito de Defesa no construto teórico aqui exposto. Uma vez identificada uma ameaça e percebida uma instabilidade na sensação de salvaguarda, é preciso desenvolver ações que reestabeleçam o *status quo* favorável, ou previnam o avançar dos atores e ações ameaçadoras. Se estão dados estes objetivos, será concebida e implementada uma estratégia para alcançá-los e

[7] A Escola de Copenhagen das Relações Internacionais trabalha com uma noção flexibilizada de Segurança, entendendo que esta pode compreender uma agenda temática ampla – "[...] ambiental, saúde pública, minorias, instabilidade política ou social, segurança pública, drogas etc. [...]" (VILLA; SANTOS, 2010, p. 124-125).

mantê-los. O conjunto de ações resultante de tal concepção, pode ser chamado de Defesa, conforme apresenta a ESG:

> "[...] ato, ou conjunto de medidas, atitudes e ações, que se contrapõem a determinado tipo de ameaça, e que se caracteriza e dimensiona para proporcionar a sensação adequada de segurança. Conclui-se assim, que Segurança é sentimento, ao passo que Defesa[8] é ação" (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2008a, p. 52).

Um elemento fundamental no trato das questões de Segurança e Defesa, mas muitas vezes esquecido e negligenciado, diz respeito ao fato de que essas discussões estão intrinsecamente vinculadas ao tecido social de uma nação. As ameaças, internas ou externas, se colocam contra os cidadãos. O envolvimento da sociedade nestas discussões é fator imprescindível à concepção e consecução da Segurança e da Defesa nacionais. A citação abaixo corrobora esta assertiva:

> O grau de importância para o País e a magnitude dos meios que envolve, induzem, de imediato, à ideia de que, sem o engajamento da sociedade como um todo e em particular do meio político que, mal ou bem, representa o caráter social do povo, não haverá consistência no planejamento e na execução da defesa e da política externa. Necessário se torna afastar a ideia de que assunto de defesa é problema dos militares e que a eles pertence o privilégio de sacrificar a própria vida em defesa da pátria. Se a pátria for atacada não serão levadas somente as vidas dos militares (MENEZES, 1997, p. 14).

Desconsiderar essa dimensão social do setor, resultaria, no mínimo, no constante questionamento (por parte de civis e militares) da importância e das funções das Forças Armadas, assim como das decisões tomadas no âmbito da Defesa. A socialização das discussões deste setor é estratégica para o aumento da legitimidade do governo e do poder nacional do Estado (MORGENTHAU, 2003). Se o cidadão comum compreender a relação entre Segurança, Defesa e Desenvolvimento, por exemplo, o Estado aumenta seu poder[9].

Se as ameaças, e suas repercussões para a vida do homem comum, estão explícitas, o desenvolvimento das Política e Estratégia de Segurança e Defesa tende a ser mais facilmente conduzido. É importante identificar quais as ameaças (internas e externas) e se estabelecer como tratá-las e como preparar-se para enfrentá-las. No caso das últimas, é preciso considerar que Defesa e Diplomacia são dois lados da mesma moeda. Ambas lidam com fatores externos ao Estado. A primeira responde aos objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Defesa, e a segunda àqueles colocados pela Política Externa[10]. No caso do Brasil, Ministério da

---

[8] Por sua vez, a Defesa Nacional "[...] é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na Expressão Militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais e manifestas" (ESG, 2006, p. 56).

[9] "É indispensável que o governo obtenha a aprovação de seu próprio povo para as suas políticas interna e externa destinadas a mobilizar os elementos do poder nacional em favor das mesmas" (MORGENTHAU, 2003, p. 284).

[10] Importante distinguir Diplomacia de Política Externa. A primeira "[...] compreende a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses" (CERVO, 2008, p. 8). A segunda "[...] é própria dos Estados como atores privilegiados, embora não únicos, das relações internacionais. Como tal pode ser definida como a

Defesa e Itamaraty devem ter um diálogo perene e profícuo. De fato, compreender a Defesa também como uma área das Relações Internacionais torna-se imprescindível, especialmente por conta da crescente transnacionalidade dos atores sociais (KEOHANE; NYE, 1971). Infelizmente, esta não é a única variável que o Estado brasileiro tem que administrar no que tange à inserção do País sob o prisma analítico da Segurança e da Defesa. Portanto, na seção seguinte, os vínculos entre o nacional e o internacional estarão explícitos em alguns dos desafios elencados e percebidos no contexto atual. Associada a tais laços, está a percepção de que a conscientização da sociedade brasileira sobre a importância das questões de Defesa é uma necessidade premente.

II.

Listados abaixo estão aqueles que podem ser considerados os principais desafios brasileiros no que diz respeito à Segurança e Defesa no cenário atual. Com maior ou menor ênfase, praticamente todos esses tópicos estão presentes nos principais documentos norteadores do interesse nacional brasileiro em Defesa – Política Nacional de Defesa (2005), Estratégia Nacional de Defesa (2008), e o Livro Branco da Defesa Nacional (2012). Todavia, todos esses pontos ainda constituem-se em desafios não superados, e cumprir o estabelecido em tais documentos já é desafiador o bastante. A intenção deste texto não é discutir sobre os aspectos concernentes às dimensões técnicas dos pontos a seguir, mas abordá-los de modo a exaltar a necessidade de torná-los mais presentes e palatáveis ao cidadão comum, corroborando para uma estratégia de aumento do poder nacional do Brasil. Os pontos abaixo colocados foram retirados de análises feitas por especialistas na área de Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, de analistas do Itamaraty e do Corpo Militar Brasileiro (especialmente oficiais vinculados à Escola Superior de Guerra), e de documentos oficiais. A ordem em que estes tópicos são apresentados não significa hierarquia de importância entre eles.

- **Multipolaridade, Nova Ordem Mundial e Segunda Guerra Fria:** o século XXI está apenas em seu começo, e alguns especialistas já apontam o cenário que está se desenhando para a sociedade internacional. A tendência à multipolaridade, à descentralização do poder, pode tanto trazer vantagens para o Brasil, que se coloca como um dos centros de poder, quanto preocupação com novas e diversas frentes. Um novo ordenamento mundial trará consigo novos desafios, ainda que o Brasil esteja ativamente participando desse movimento. A diplomacia brasileira, sem deixar de lado os parceiros tradicionais, tem atuado no sentido de fortalecer novas (ou mais recentes) parcerias estratégicas em arranjos como o BRICS e o IBAS. A criação do Novo Banco do Desenvolvimento é um movimento que talvez contribua para a inserção mais qualificada do Brasil nesse contexto. Todavia, apesar das parcerias, o Estado brasileiro deve manter-se alerta em relação aos interesses de outros Estados e de outras grandes e médias potências. Ainda que a cooperação internacional exista e seja muitas vezes viável para as partes em interação, o pensamento neo-realista das Relações Internacionais alerta que o caráter anárquico do sistema internacional limita o estímulo dos Estados para cooperarem, por terem receio de que isso aumente o poder relativo dos outros (BALDWIN, 1993 *apud* SARFATI, 2005)[11]. Todavia, a preocupação com

---

atuação que cada Estado desenvolve e desempenha no sistema internacional. Esta, portanto, constitui o conjunto de posições, atitudes, decisões e ações que adota um Estado além de suas fronteiras" (DIAS, 2010, p. 104).

[11] Ademais, no debate teórico, os próprios neoliberais (críticos dos neo-realistas em diversos aspectos) assumem que, para determinadas situações, a ótica realista é a mais adequada enquanto referencial analítico. A citação a

os atores, de modo isolado, não é suficiente. A observação dos movimentos da estrutura internacional é indispensável para se garantir os interesses nacionais em termos de Defesa (WALTZ, 1979). No século XXI já se delineia uma mudança que afetará as tomadas de decisão dos governos, e que exigirá do Brasil capacidade em termos de poder para se posicionar de acordo com seus interesses. Os interesses russos, as dinâmicas políticas no "mundo oriental" (Primavera Árabe, por exemplo), os movimentos chineses e as articulações estadunidenses, da União Europeia e da própria OTAN, estão afetando a estrutura a partir de uma lógica parecida com a que se observou na segunda metade do século XX, num movimento já chamado de Segunda Guerra Fria (MONIZ BANDEIRA, 2013). A este respeito, Rússia e Estados Unidos já retomam retórica contestadora e, em alguma medida, confrontacionista entre si[12]. Este século XXI, que se descortinou com o 11 de setembro, trará consigo desafios de grande vulto para a sociedade internacional (BULL, 2002).

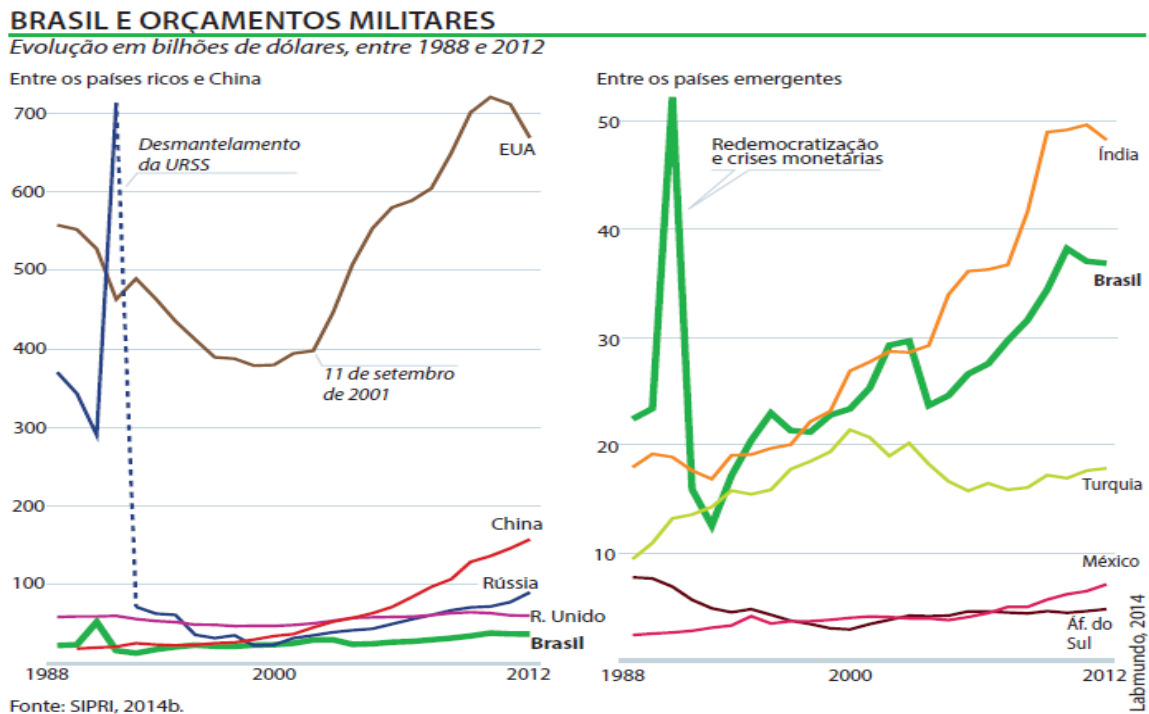
- **Integração Regional e Organizações Internacionais:** a ampliação da percepção sobre as ameaças ao Brasil e a própria evolução da inserção internacional do país geraram a necessidade de se perceber o setor de Segurança e Defesa mais integrado a foros múltiplos e outras agendas. A integração entre militares e diplomatas já ocorre ao nível da atuação externa do Brasil. Todavia, é muito importante que tal articulação seja mais evidente para o cidadão comum. Ao mesmo tempo, uma atuação mais profícua do Brasil nos foros multilaterais exigirá mais participação do Ministério da Defesa. É preciso que esta pasta se faça perceber mais presente, na percepção do cidadão comum, nas organizações internacionais. A criação do Conselho de Defesa da UNASUL foi uma conquista importante para o Brasil (ABDUL-HAK, 2013). As discussões acerca das temáticas onusianas – missões de paz e assentos no Conselho de Segurança – são importantes, mas é preciso que os foros regionais sejam vistos da mesma forma pelo povo. É preciso destacar a OEA, a ZOPACAS, a própria UNASUL, o MERCOSUL, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), outras organizações e blocos regionais (ainda que o Brasil não faça parte de alguns destes). O aprofundamento da integração regional pode/deve atender a interesses brasileiros na área de Defesa, como, por exemplo, no ganho de escala para a indústria nacional do setor (DAGNINO, 2010).
- **Orçamento militar *versus* novas ameaças:** as limitações orçamentárias não são novidade enquanto desafio. No cenário atual, se constituem enquanto situação de caráter crítico ainda maior em vista das restrições de gastos colocadas pela Presidência da República e sua equipe econômica neste ano de 2015, e da dimensão das novas ameaças à Segurança Nacional percebidas (terrorismo, crime organizado transnacional etc.). A bem da verdade, apesar de não se tratarem de cifras desconsideráveis, o montante de recursos destinados ao setor há muito não corresponde à dimensão das responsabilidades atribuídas ao Ministério da Defesa (ALMEIDA, 2013). Talvez a dimensão política ainda afete a composição do orçamento do Ministério da Defesa sob o ponto de vista da percepção dos civis sobre os governos militares. Os gráficos a

---

seguir é determinante: "*The fact that the changing role of force has uneven effects does not make the change less important, but it does make matters more complex. This complexity is compounded by differences in the usability of force among issue areas. When an issue arouses little interest or passion, force may be unthinkable. In such instances, complex interdependence may be a valuable concept for analyzing the political process. But if that issue becomes a matter of life and death – as some people thought oil might be – the use or threat of force could become decisive again. Realist assumptions would then be more relevant. It is thus important to determine the applicability of realism or of complex interdependence to each situation. Without this determination, further analysis is likely to be confused*" (KEOHANE; NYE, 2012, p. 24).

[12] Sobre esta análise, interessante ler artigo da agência de notícia Reuters (2015), de 02 de julho de 2015: Rússia diz que a nova estratégia militar dos EUA é de confronto.

seguir deixa bastante clara a queda da curva orçamentária quando da redemocratização. Todavia, é perceptível que outros elementos, como a crise da década de 1980 que se estende até a implementação do Plano Real, afetaram a conta da Defesa. Além disso, os gráficos ainda evidenciam a dimensão do orçamento destinado à Defesa no Brasil em comparação a algumas das principais potências mundiais e de alguns dos mais relevantes países emergentes.

FIGURA 1 – BRASIL E ORÇAMENTOS MILITARES EM BILHÕES DE DÓLARES, ENTRE 1988 E 2012

In: MILANI, 2014 p. 47.

A cooperação internacional talvez se coloque como fator que atenue essas dificuldades orçamentárias em algumas frentes. Por outro lado, a qualificação da indústria militar – em médio e longo prazo – também pode ser elemento que concorra para o mesmo propósito. De todo modo, a premência trazida pelos grandes eventos esportivos poderá corroborar para uma conta menos apertada.

- **Tecnologia, Indústria Nacional de Defesa e Cooperação Internacional:** Este desafio não está dissociado de outros. A superação da dependência em relação à tecnologia estrangeira é um desafio histórico. Eis aqui outro ponto a ser mais aprofundado em sua exposição ao cidadão comum. A revitalização da indústria de defesa pode significar a geração de emprego e renda. Seu posicionamento no território nacional pode ser um fator político também importante, pois poderia dinamizar polos de desenvolvimento. Evidentemente que não se advoga a busca pela construção de um complexo militar industrial aos moldes estadunidenses, mas o setor industrial é estratégico – mais ainda se potencializar o desenvolvimento de tecnologia dual[13]. O Brasil pode ser um maior competidor internacional neste setor. Apesar de todo o potencial, o Brasil ainda destina recursos abaixo do que seria ideal para o setor de Ciência e Tecnologia militar. Em 2009, o General Augusto Heleno, então chefe do

[13] Nesta temática, trabalha-se com o conceito de *spin-off*, ou "[...] um efeito de transbordamento ou 'espirramento' dos resultados tecnológicos e econômicos desencadeados pelo gasto militar no setor da defesa para o setor civil da economia" (DAGNINO, 2010, p. 152).

Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, fez a seguinte comparação com a previsão orçamentária do setor para aquele ano (R$ 80,2 milhões): "[...] metade do passe do jogador de futebol Kaká" (JORNAL DO SENADO, 2009).

Um meio interessante para superação dos desafios neste quesito é a cooperação internacional, seja ela desenvolvida no âmbito da ciência e tecnologia, dos exercícios militares conjuntos ou do intercâmbio de cadetes[14]. Neste ponto, vale ressaltar a importância de expor à sociedade todas as iniciativas das Forças Armadas brasileiras em projetos de cooperação internacional, como a participação desta em Missões de Paz da ONU, ou na ajuda militar fornecida aos países africanos, como Moçambique, e asiáticos, como Timor Leste – em especial a importância que o Brasil teve na consolidação da independência deste país. O Brasil já participou de mais de 30 Missões de Paz da ONU.

- **Inteligência Estratégica, Ciberespaço e espionagem internacional:** em 2013 o grande público tomou consciência de algo que há muito a inteligência nacional já sabia – somos observados de perto pelos Estados Unidos e outras potências. A Defesa é parte integrante do Sistema Nacional de Inteligência, e tem um desafio compartilhado na construção de maior capacidade nacional de se proteger das investidas externas. A Inteligência Militar e seus acadêmicos já discutem há anos os avanços dos estudos geopolíticos devido a existência do ciberespaço, e dos estudos bélicos por conta da chamada guerra de quarta geração[15] (PAIVA, 2011). O Instituto de Defesa Cibernética é exemplo de iniciativa neste sentido.

  Por conta das declarações de Edward Snowden, a dimensão da contra inteligência e da contra espionagem ficaram mais em foco nos canais midiáticos. Pode-se inferir disso que o cidadão brasileiro passou a ter mais clareza ao perceber que a espionagem faz parte da política de poder de alguns países, mesmo que haja uma boa relação entre eles e aqueles que são espionados. É preciso que o Brasil qualifique cada vez mais a dimensão da inteligência – é sempre necessário ter mais informações sobre os atores internacionais de relevância para o interesse nacional. Desta forma, faz-se importante que o Brasil fortaleça o setor de inteligência nacional, visando reduzir a vulnerabilidade que o país ainda possa ter em relação a outros no contexto internacional. O país tem como desafio utilizar da inteligência estratégica para que acessar mais informações relevantes para sua própria defesa, segurança e manutenção de *status quo* que lhe seja mais favorável.
- **Instabilidades econômicas, políticas e sociais e agressões entre em países vizinhos ou próximos:** além dos efeitos sobre as correntes de comércio e investimentos, esse tipo de instabilidade pode também gerar migrações não interessantes para o Brasil. No jogo geopolítico e geoestratégico, também representa uma necessidade de posicionamento frente às influências das potências mundiais na região, o que implica

[14] Este é um canal interessante para fortalecer a política externa brasileira com países do Sul. A Academia Militar das Agulhas Negras já recebe, por exemplo, cadetes africanos há anos. Enviar soldados aspirantes a oficiais brasileiros para estudar fora também se constitui em elemento importante para absorção de conhecimento – não apenas para o indivíduo, mas também para a corporação. Ciência e tecnologia não estão somente nas engenharias, mas também nas ciências sociais aplicadas, como os estudos em gestão. Um programa aos moldes do Ciência Sem Fronteiras para cadetes talvez seja interessante.

[15] "As guerras de quarta geração (atual) têm como características as seguintes: Salto de qualidade / Blitzkrieg "High Tech" em relação à Guerra de terceira geração (G3G); Poucas Forças Armadas têm capacidade para a G3G; Guerra de quarta geração (G4G): Nuclear, Convencional e não Convencional; Campo de Batalha: 5 dimensões; Número e duração de conflitos: guerra não convencional assimétrica - Guerrilha e Terrorismo = táticas integradas à campanha estratégica de comunicação. Pode ser global ou local; Avultam as Operações de Informação (guerra eletrônica, cibernética, psicológica, simulação militar, segurança e em rede); Forte envolvimento da população civil (ativo ou passivo)" (PAIVA, 2011).

em desafio à liderança regional do País. Apesar de agressões entre vizinhos ou países próximos não se constituírem em ameaças contra o Brasil, a instabilidade delas resultante pode demandar do país um posicionamento de intermediador que, se não for bem desempenhado, afetará o exercício da liderança brasileira na região.

- **Terrorismo Internacional:** apesar de não se tratar de um desafio histórico do Brasil, este tópico se constitui em fator demandante de grande atenção por parte do país. Isso se justifica pelo discurso existente (ainda que com menor fôlego neste momento) por emissão dos Estados Unidos (Tríplice Fronteira e reativação da sua IV Frota) e pelos grandes eventos esportivos que o Brasil sediará – especialmente Olimpíadas e Paraolimpíadas. É válido destacar que alguns avanços já se deram. Durante a Copa do Mundo houve uma operação integrada de segurança das três esferas de poder federativo, e houve a criação do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN) e dos regionais (CICCRs). Tais centros, seus equipamentos e tecnologias ficaram como legado (BRASIL, 2015).
- **Tráfico de drogas, armas, pessoas, órgãos, mercadorias ilegais, biopirataria e outros crimes transnacionais:** a dimensão econômica e internacional desses crimes fez com que deixassem de ser apenas assunto policial (dimensão interna) há muito tempo. Informações da primeira década do século atual mostram que segundo "[...] dados compilados pelo FMI, pelo Banco Mundial e por institutos de pesquisa da Europa e da América do Norte, a economia paralela hoje é responsável por algo em torno de 15% a 20% da riqueza global" (GLENNY, 2008, p. 14). O Brasil está integrado nesse contexto, seja como produtor/emissor, consumidor, corredor do tráfico ou destino final. Resguardar as fronteiras não é o único desafio; o cidadão comum ainda não compreende tão facilmente a relação existente entre as ações realizadas pelo Ministério da Defesa e a diminuição da violência em seu bairro. O aumento do investimento visando o combate desses crimes, como o tráfico internacional de drogas, acarretaria na diminuição dos gastos do Governo Federal para reintegrar e tratar os dependentes químicos. Relatórios das Nações Unidas ainda apontam países andinos como os maiores produtores de cocaína do mundo, e o Brasil imerso nesta dinâmica do tráfico internacional (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010; 2014).
- **MINUSTAH e outras missões de paz das Nações Unidas:** a presença brasileira no Haiti, através da missão de paz da ONU, já dura mais de uma década, e, apesar dos resultados que possam ser apontados pelo governo e pelos militares, ainda será bastante questionada pela população brasileira. É preciso trabalhar o discurso sobre essa e outras missões, apresentando resultados que falem mais diretamente ao cidadão comum. Esta é uma tarefa que se torna um desafio maior em vista do quantitativo de imigrantes haitianos que cada vez mais chega ao Brasil. A vinda dos haitianos para o país retrata as mudanças pelas quais o Brasil passou, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Problemas com imigrantes eram questão de europeus e estadunidenses, mas agora o Estado e o povo brasileiro têm que aprender a lidar com esse novo elemento. Por outro lado, já estão sendo realizadas ações no sentido de construir novas reflexões sobre as missões de paz. Exemplo disso é o Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da Organização das Nações Unidas, que "[...] reúne representantes da América Latina e do Caribe para apresentação de propostas que visam atualizar o manual de operações de paz da ONU" (BRASIL; MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015). É possível perceber que, se os resultados atrelados à aspiração brasileira de assumir uma assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ainda não estão sendo potencializados pela

participação nacional nas missões de paz, pelo menos está consolidando o País enquanto uma referência mundial no assunto.

- **Amazônia, Amazônia Azul e Pantanal:** muito já foi dito por militares e civis sobre essas regiões estratégicas brasileiras. Apesar disso, ainda é consenso que é preciso garantir a presença do Estado brasileiro, de uma vez por todas, em tais territórios. Mesmo considerando as ações já realizadas pelas Forças Armadas, como as escolas do Exército na região amazônica, este ainda é um grande desafio. É preciso "integrar, ocupar, explorar e preservar" (PEREIRA, 2007, p. 326) mais integralmente esses territórios. A citação abaixo sintetiza o pensamento/desafio aqui colocado:

> A estratégia de ação do Estado brasileiro na Amazônia deve ter como objetivo prioritário a defesa da integridade das fronteiras, o não-envolvimento em conflitos internos de países vizinhos, em continuidade à posição tradicional de não-intervenção, a defesa do meio ambiente da região amazônica, tanto em relação a ações de natureza militar como à atividade predatória empresarial ou individual, a execução de programas de desenvolvimento sustentável com recursos nacionais e de programas de combate ao narcotráfico, evitando-se interferência estrangeira, sempre ilusória, pois acena com grandes volumes de fundos de que realiza pequena parcela, e inoportuna, por levar à alienação a baixo preço da capacidade de definir as estratégias de desenvolvimento da região (GUIMARÃES, 2005, p. 224).

- **Antártida e Atlântico Sul:** a importância estratégica da Antártida para o Brasil é conhecida dos militares há muito tempo, desde os estudos de Therezinha de Castro e outros geopolíticos brasileiros. Este continente tem importância do ponto de vista de seu posicionamento geográfico em relação ao território brasileiro, do controle das comunicações marítimas, da previsão de fenômenos meteorológicos e do controle destes por países potencialmente inimigos (guerra meteorológica), da exploração de recursos naturais (inclusive água doce e, especialmente, minerais) e do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro (FREITAS, 2004). É fato conhecido que "[...] sob o ponto de vista geoestratégico, [...] a defesa da América do Sul é sobretudo de índole marítima e não mais um problema continental; é essencialmente o domínio do mar no Atlântico, tarefa a que o Brasil não se pode mostrar indiferente em virtude de ser o país com o maior litoral banhado por esse oceano" (FREITAS, 2004, p. 104-105). Isso exige da Defesa Nacional não apenas dedicação e preocupação com a Antártida, mas também com o Atlântico Sul. Articulações já feitas pelo Brasil resultaram no que o ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, chamou de *construção de um cinturão de boa vontade* entre Brasil e países dessa região, no sentido de garantir para a mesma cooperação, paz e estabilidade (ABDENUR; NETO, 2014). De fato, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) contribuiu para se evitar a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, sob hegemonia dos Estados Unidos. Assegurar esta região é estratégico para o Brasil não somente por conta das rotas comerciais, mas por conta das reservas *offshore* de petróleo, recém descobertas, da própria exploração do pré-sal, da existência de outros recursos naturais, e porque mais de um quarto da população brasileira ainda reside nas áreas litorâneas (ABDENUR; NETO, 2014). Esta região é, ainda, um privilegiado eixo para as relações com países africanos. Além disso, a

garantia da Segurança regional exige como condição *sine qua non* a construção de submarino nuclear.

- **Estados Unidos da América:** apesar de serem parceiros tradicionais do Brasil, os Estados Unidos sempre foram objeto de preocupação para os brasileiros (MONIZ BANDEIRA, 2014). Apesar da recente reaproximação entre os dois países, com a vinda do vice-presidente estadunidense para a posse de Dilma Rousseff em seu segundo mandato, e a missão brasileira aos Estados Unidos em julho de 2015, as "[...] relações entre Estados Unidos-Brasil continuaram frias desde que Lula da Silva iniciou seu governo [...]" (MONIZ BANDEIRA, 2014). Nas agendas vinculadas ao comércio internacional[16] (ALCA, OMC etc.) e à política internacional de modo mais amplo (aumento da liderança/presença brasileira nas Américas e na África, foco brasileiro nas relações Sul-Sul, maior independência de inserção internacional, aproximação com centros de poder como Rússia), Brasil e Estados Unidos têm estado em pontos mais distantes. Os recentes casos de espionagem atestam isso. Do ponto de vista da Defesa, os militares brasileiros operam exercícios com cenários de intervenções na Amazônia e em outros espaços nacionais, mas também se preocupam muito com as chamadas guerras de quarta geração (PAIVA, 2011). Além disso, a revitalização da indústria de defesa brasileira pode atentar contra os interesses dos Estados Unidos dos pontos de vista econômico, comercial, tecnológico, político etc. A presença estadunidense (inclusive com bases militares) em países vizinhos do Brasil é uma preocupação de décadas. Ao mesmo tempo, a cooperação com aquele país pode atender a interesses brasileiros. Parte do desafio é equilibrar essas tensões e distensões.
- **Satisfação dos militares brasileiros com a carreira:** Os militares – como outros trabalhadores – têm preocupação com a sua carreira. Ainda que se pressuponha que considerável parte dos cidadãos brasileiros enxerguem no setor público um oásis de estabilidade de trabalho via concursos, é preciso observar a saída de oficiais do serviço antes do tempo ideal (ARRUDA, 2007). As decisões tomadas a esse respeito não podem pautadas com base no período do regime militar. É preciso continuar a promoção de canais que aproximem civis e militares. Um dos que já estão sendo usados é o Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, realizado anualmente. Outros exemplos (acadêmicos) podem ser dados, como os cursos de extensão sobre Defesa Nacional, que acontecem em todo território nacional[17], e os editais da Capes Pró-Defesa (2005, 2013) e Pró-Estratégia (2011) (MATHIAS; BERDU, 2013). É interessante potencializar essas ações de modo que não fiquem tão restritas aos meios acadêmicos. Ações como esta contribuem não somente para maior popularização das discussões sobre Defesa, mas também para promoção de maior conhecimento da sociedade sobre a carreira militar no Brasil.
- **Catástrofes naturais e não naturais, infraestrutura e presença do Estado:** as Forças Armadas já atuam muito em regiões nas quais outros braços do Estado não chegam ou têm curto alcance. No Norte do Brasil, especialmente, o Exército apoia e realiza ações de saúde pública, engenharia e outras; a Marinha e a Aeronáutica dão apoio logístico ao Ministério da Saúde, ou auxiliam no transporte de alimentos, remédios e outros materiais. Isso acontece, com maior ou menor intensidade, em todo o território nacional, de modo periódico ou no apoio em situações anômalas, como de catástrofes – a exemplo de enchentes ou secas. No que se refere à Segurança Pública,

[16] "E a implantação da ALCA continua em disputa. Brasil, como o resto dos países da América do Sul, tem sérias inquietudes econômicas e políticas que se opõem a esquema de livre comércio. Muitos riscos ainda ameaçam aquelas negociações" (MONIZ BANDEIRA, 2014).

[17] Além disso, há os concursos de monografias, dissertações e teses sobre Defesa Nacional.

isto também é uma verdade. Ampliar este escopo de atuação das Forças Armadas e amplificar a divulgação destas ações junto ao povo são desafios há muito colocados.

III.

A análise dos pontos acima colocados, ainda grandes desafios para o Estado brasileiro, especialmente em seu setor de Segurança e Defesa, permite afirmar que ainda há muito a ser feito. Depreende-se, ainda, que a compreensão sobre as noções de Ameaças, Segurança e Defesa pode favorecer o delineamento de ações que potencializem o poder e a legitimidade do supracitado setor, através de seu Ministério. Como consequência, o Poder Nacional do Brasil pode ser beneficiado. Faz-se necessária a construção de uma "cultura de Segurança e Defesa" no universo social brasileiro, a partir dos interesses do Estado. A popularização das discussões sobre Segurança e Defesa é algo indispensável, que pode servir aos interesses gestoriais do Executivo[18], do Legislativo e do Judiciário. De fato, é imprescindível que nos próximos anos o novo ministro da Defesa priorize sua ação a partir da compreensão de que a política interna e a externa estão muito mais ligadas do que aparentam. As ações do Ministério podem tocar qualquer setor da política nacional. O Brasil tem um dos maiores exércitos do mundo[19] e as concertações do que pode ser a nova ordem mundial trazem o desafio e a oportunidade de um papel mais central do país. O maior desafio de todos (que, na verdade, sintetiza aqueles aqui colocados) continua sendo o de garantir plenamente a soberania nacional[20]. Assim, resta reafirmar que "a política interna brasileira não pode ser vista, hoje, de forma isolada em relação à situação mundial e à política exterior" (GUIMARÃES, 2005, p. 337). Ainda há muito a ser feito para que estas questões se tornem uma constante no seio da sociedade brasileira

[18] Nos debates presidenciais da eleição de 2014, pouco se ouviu sobre o setor. Um desafio que também se coloca é fazer a mídia nacional se interessar para pasta, para além da compra de caças e da MINUSTAH.
[19] O 14º, segundo o *Global Firepower Index* (DEARO, 2014).
[20] Não raro, representantes de grandes potências falam de "soberanias relativas".

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. Revista Brasileira de Política Internacional. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Brasília, jan. – jun. 2014, ano 57, nº 1, pp. 5-21.

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Evolução do orçamento de Defesa no Brasil. In: CARMO, Corival Alves do *et. al.* Relações Internacionais: olhares cruzados. Brasília: FUNAG, 2013.

ARRUDA, João Rodrigues. O uso político das Forças Armadas – e outras questões militares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. Centros de comando aperfeiçoam atendimento geral ao público. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/06/centros-de-comando-aperfeicoam-atendimento-geral-ao-publico>. Acesso em 05 de julho de 2015.

BRASIL; MINISTÉRIO DA DEFESA. Missão de paz: Brasil sedia painel sobre operações de paz da ONU. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21824/MISS%C3%83O-DE-PAZ---Brasil-sedia-painel-sobre-opera%C3%A7%C3%B5es-de-paz-da-ONU>. Acesso em março de 2015.

BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, Thomaz Guedes da. Em busca da relevância: os desafios do Brasil na segurança internacional do pós-guerra fria. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org.). Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

DAGNINO, Renato. A indústria de defesa do governo Lula. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEARO, Guilherme. Os 15 exércitos mais poderosos do mundo. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/os-15-exercitos-mais-poderosos-do-mundo#1>. Acesso em outubro de 2014.

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual básico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: A Escola, 2006. Vol. I.

__________. Manual básico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: A Escola, 2008, Vol. I.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GLENNY, Misha. McMáfia: crime sem fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

JORNAL DO SENADO. General nega corrida bélica e defende gastos em tecnologia. Jornal do Senado, ano XV, nº 3.094/234, p. 5, Brasília, 14 a 20 set. 2009.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence: world politics in transition. 4. ed. New York: Longman, 2012.

__________. Transnational relations and world politics: an introduction. International Organization, v. 25, n. 3, p. 329-349, Summer 1971.

MATHIAS, Suzeley Kalil; BERDU, Guilherme Paul. Ensino militar no contexto da mercantilização da educação. In: CARMO, Corival Alves do et. al. Relações Internacionais: olhares cruzados. Brasília: FUNAG, 2013.

MENEZES, Delano Teixeira. O Militar e o Diplomata. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

MILANI, Carlos; et. al. Atlas da política externa brasileira. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: CLACSO; Rio de Janeiro: EDUerj, 2014.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

__________. Os Estados Unidos, na percepção do Brasil. La onda digital, n.702, Uruguai, s/d (redigido em esp.). Disponível em <http://www.laondadigital.uy/archivos/4262>. Acesso em dezembro de 2014.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Guerra Assimétrica. In: VIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional – 2011, Resende. Anais... Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 21 de setembro de 2011.

PEREIRA, Carlos Patricio Freitas. Geopolítica e o Futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

REUTERS. Rússia diz que a nova estratégia militar dos EUA é de confronto. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/crise/noticia/19641/Russia-diz-que-a-nova-estrategia-militar-dos-EUA-e-de-confronto/>. Acesso em 02 de julho de 2015.

SARFATI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. World Drug Report 2010. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR _2010/World_Drug_Report_2010_lo-res.pdf>. Acesso em agosto de 2014.

__________. World Drug Report 2014. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2014/World_Drug_Report_2014_web.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

VILLA, Rafael Duarte; SANTOS, Norma Breda dos. Buzan, Waever e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional. In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida et. al. (Org). Clássicos das Relações Internacionais. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 117-151.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. New York: McGraw-Hill, 1979.